

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA

PROJETO DE LEI Nº 1.482, DE 2007

Acrescenta dispositivo à Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973 - Código de Processo Civil, para conferir prioridade de tramitação a processos de indenização em que se discutam danos ao cidadão, nas condições em que especifica.

Autor: SENADO FEDERAL

Relator: Deputado VALTENIR PEREIRA

I - RELATÓRIO

Trata-se de Projeto com a finalidade de dar prioridade na tramitação, em qualquer instância, de todos os atos e diligências judiciais referentes a ações cujo objeto seja a reparação de danos decorrentes de morte ou lesão corporal nos casos especificados.

Argumenta-se que "não é justo que as vítimas ou seus parentes aguardem a ultimação de trâmites processuais em ritmo ordinário num ambiente de permanente crise de celeridade por que passa o Poder Judiciário brasileiro, no momento em que se encontram fragilizados, forçados a enfrentar circunstâncias inesperadas, muitas vezes confrontados com despesas antes inexistentes e exatamente quando se vêem sob queda repentina do poder aquisitivo".

Nos termos do artigo 119, caput, I, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, transcorreu o prazo para recebimento de emendas, sem que nenhuma fosse apresentada.

O deputado Regis de Oliveira, após pedido de vista, apresentou voto em separado.

Cabe, agora, a esta Comissão manifestar-se sobre a admissibilidade e o mérito da proposição.

II - VOTO DO RELATOR

A proposição em apreço atende, sob o enfoque da constitucionalidade formal, as disposições constitucionais relativas à competência da União para legislar sobre a matéria, do Congresso Nacional para apreciá-la e à iniciativa.

No tocante à constitucionalidade material, o projeto de lei em análise não afronta qualquer garantia constitucional.

Em relação à juridicidade, o projeto não apresenta vícios sob os prismas da inovação, da coercitividade e da generalidade. E, a par de se consubstanciar na espécie normativa adequada, suas disposições não conflitam com o ordenamento jurídico brasileiro.

Quanto à técnica legislativa, o projeto deve ser adequado às disposições da Lei Complementar nº 95, de 1998.

No **mérito**, a proposta merece prosperar. A prioridade encontra-se fundamentada em elementos que, pela sua urgência e gravidade, conduzam à necessidade de aceleração do julgamento do processo.

Assim, a Lei cria preferências processuais, diante do princípio da razoabilidade, a fim de compensar os aspectos que militam em desvantagem de determinados jurisdicionados.

A preferência em questão se estende a um número de causas, cujos resultados acabarão sendo neutralizados se houver demora na prestação jurisdicional.

No caso em tela, a preferência incidirá sobre as ações com vistas à indenização por danos materiais e morais em função de:

- ação ou omissão atribuída a profissional ou instituição de saúde;
- ações e infrações penais;
- ação ou omissão atribuída à União, Estados ou municípios;
- ato ou fato ocorrido no âmbito das relações de consumo.

Assim, transformar todas essas causas em preferências trará benefícios aos jurisdicionados e contribuirá para a rapidez no julgamento dessas ações.

Assim, voto pela constitucionalidade e pela juridicidade da proposição em tela e, no mérito, pela sua aprovação – na forma do Substitutivo que ora apresento, para adequá-lo à melhor técnica legislativa.

Sala da Comissão, em de de 2009.

Deputado VALTENIR PEREIRA
Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA

SUBSTITUTIVO AO PROJETO DE LEI Nº 1.482, DE 2007

Acrescenta dispositivo à Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973 - Código de Processo Civil, para conferir prioridade de tramitação a processos de indenização em que se discutam danos ao cidadão, nas condições em que especifica.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Esta lei acrescenta dispositivo à Lei nº 5.869, de 1973 – Código de Processo Civil, para conferir prioridade de tramitação a processos de indenização em que se discutam danos ao cidadão, nas condições que especifica.

Art. 2º A Lei nº 5.869, de 1973 – Código de Processo Civil, passa a vigorar acrescida do seguinte artigo.

“Art. 1.211-D. Terão prioridade na tramitação, em qualquer instância, os atos e diligências referentes a ações cujo objeto seja a reparação de danos decorrentes de morte ou lesão corporal em função de:

I – ação ou omissão atribuída a profissional ou instituição de saúde;

II – ações e infrações penais;

III – ação ou omissão atribuída à União, Estados, Distrito Federal ou Municípios;

IV – ato ou fato ocorrido no âmbito das relações de consumo,”

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão, em de de 2009.

Deputado VALTENIR PEREIRA
Relator